

Sem acordo, fica para hoje a votação da MP da Caixa

Gerardo Vasgela



Inácio Arruda (E), Romero Jucá, Gim Argello, José Agripino e Antonio Carlos Júnior em Plenário; senadores buscam entendimento para desobstruir a pauta

Senadores retomam hoje exame do projeto que destina R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste

A pauta do Senado foi ontem novamente bloqueada pela polêmica em torno da renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos. A oposição apresentou e manteve pedido de verificação de quórum mesmo com a promessa do líder do governo, Romero Jucá, de incluir a renegociação das dívidas em medida provisória que está tramitando na Câmara. O líder do DEM, José Agripino, afirmou que os produtores não têm como pagar a dívida porque sua renda foi insuficiente. **3**

CCJ examina novo Código de Processo Penal **6**

Aprovado nome de embaixador na Grécia **4**

PSDB anuncia rompimento com a política externa **4**

Projeto permite redução retroativa dos juros do Fies

Comissão de Educação aprovou emendas a projeto prevendo que juros dos financiamentos do Fies poderão ser reduzidos com efeito retroativo, se governo vier a adotar taxas menores. **7**

Ideias para Brasil fazer uma Copa do Mundo ecológica

Quatro especialistas trouxeram ontem à Comissão de Meio Ambiente sugestões para tornar as obras para a Copa do Mundo de 2014 sustentáveis e responsáveis social e ambientalmente. **8**



José Cruz

Dornelles e Jeireissati querem discutir Petro-Sal só após votação do marco regulatório

Senadores negociam solução para impasse dos royalties

Saída para a crise da distribuição dos royalties do pré-sal começou a ser traçada ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos. O líder do governo,

Romero Jucá, pediu uma semana de prazo antes de ser votado requerimento que paralisa tramitação do projeto que cria a Petro-Sal. **5**

TCU fiscaliza aplicações na Bancoop

Plenário aprovou pedido de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da

União nas aplicações feitas por três fundos de pensão na Bancoop. **4**

Sarney lê para filme a última carta de Tancredo

Senador gravou participação em documentário sobre a vida de Tancredo Neves e leu carta em que o político mineiro agradecia a Sarney sua lealdade e compromisso democrático. **2**



Jonas Pereira

Carta a Sarney foi escrita um mês antes de Tancredo morrer

Presidente do Senado participa de gravações para documentário que celebra o centenário de nascimento do líder mineiro, que foi hospitalizado na véspera da posse

Sarney grava releitura da última carta de Tancredo

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, releu ontem a última carta de Tancredo Neves durante as gravações de cena para documentário do cineasta Sílvio Tendler que celebra o centenário de nascimento do líder mineiro. Então hospitalizado,

Tancredo se dizia grato a Sarney pela lealdade e pelo compromisso com a redemocratização do país. A carta é datada de 23 de março e foi ditada ao neto Aécio Neves.

Tancredo seria o primeiro presidente civil depois de 25

anos de regime militar, mas foi operado de diverticulite em 14 de março de 1985, véspera da posse, e morreu em 21 de abril. Vice de Tancredo, Sarney foi empossado em 15 de março e governou o Brasil por cinco anos.



Na residência do presidente do Senado, José Sarney (D) recebe o cineasta Sílvio Tendler (E) e equipe

Visita de Elizabeth Savalla, madrinha de banco de leite

José Sarney recebeu ontem a visita da atriz Elizabeth Savalla. De passagem por Brasília, a atriz, que tem uma relação muito próxima com a família Sarney, veio trazer um abraço ao parlamentar.

Essa proximidade vem do tempo em que a atriz era madrinha do Programa Nacional de Aleitamento Materno, criado durante a gestão de José Sarney na Presidência da República, por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A instituição era dirigida por Marcos Vilaça e tinha como presidente de honra dona Marly Sarney.

Savalla se engajou na campanha pela criação de bancos de leite materno porque não pôde amamentar seus filhos gêmeos, Tadeu e Cyro, nascidos em maio de 1980. O trabalho resultou na criação de bancos de leite materno por todo o Brasil.

Livros inauguram a série Perspectiva Senado

O Senado lança hoje, às 12h, dois livros que reproduzem os resultados de comissões temáticas e inauguram a série Perspectiva Senado.

O livro *Proposta de sistema tributário* reúne material produzido pela subcomissão que teve como relator o senador Francisco Dornelles (PP-RJ). A obra traz os fundamentos da proposta e cinco emendas apresentadas à proposta de emenda constitucional (PEC) do governo.

Já o livro *Crédito e spread – custo da intermediação bancária* reproduz recomendações da comissão criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para acompanhar a crise financeira, que teve como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Um dos pontos centrais do trabalho da comissão é o conjunto de propostas apresentado ao Banco Central com o objetivo de mudar a forma de cálculo do *spread*.



A exposição de arte *Pintou a Síndrome do Respeito*, que reúne 38 telas de pessoas com síndrome de Down, foi aberta ontem às 18h, com a presença

dos senadores Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo. Os trabalhos, todos feitos por alunos do Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural, de São Paulo, ficarão expostos até 26 de

março no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima (18 telas) e na Senado Galeria (20). A mostra é parte das comemorações do Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta continua trancada por MPs

14h Duas medidas provisórias continuam tancando as votações: a MP 470/09, que autoriza a União a liberar crédito de R\$ 6 bilhões à Caixa, e a MP 471/09, que concede incentivo fiscal às montadoras e fabricantes de veículos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também o projeto (PL 280/09) que obriga a formação de nível superior para professores da educação básica obstrui a pauta.

Presidência Governadores do Nordeste

11h O presidente José Sarney recebe a diretoria do Museu Casa do Pontal (RJ). Em seguida, o diretor de Relações Institucionais da Vale, Carlos Anysio. Às 12h, participa do lançamento de publicações econômicas do Senado. Às 15h30, encontra-se com os governadores do Ceará, Cid Gomes, e de Pernambuco, Eduardo Campos. Às 16h, preside a pauta do Plenário.

CCT Serviço de TV comunitária

8h30 Projeto de criação de serviço de televisão comunitária está na pauta da Comissão de Ciência e Tecnologia. Também em votação, proposta que considera abusiva a cláusula que exige do consumidor prazo mínimo de permanência em contrato de prestação de serviços de comunicações.

CCJ Vinicius: promoção *post mortem*

10h O poeta Vinicius de Moraes poderá ser promovido *post mortem* a ministro de primeira classe da carreira de diplomata, conforme projeto na pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Entre os 31 itens, encontra-se ainda a proposta que torna obrigatória a instalação de câmeras de filmagem nos centros comerciais e similares

CE Seminário Diversidade na Escola

10h A Comissão de Educação realiza o segundo seminário Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão. O tema é "Questões étnico-raciais", tendo como moderadora a senadora Fátima Cleide (PT-RO), presidente da CE. Estará presente o secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, André Lázaro.

CAE Crédito para saneamento em SC

10h A Comissão de Assuntos Econômicos analisa mensagem que autoriza operação de crédito externo entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan) e a Japan International Cooperation Agency (Jica), destinada a financiar o Programa de Saneamento Ambiental de Santa Catarina.

CDR Incentivo a programas habitacionais

11h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reúne-se para examinar oito itens. Um deles permite que a União reduza ou até mesmo dispense, em alguns casos, a contrapartida financeira nas transferências para programas habitacionais de interesse social.

CAS Retorno de aposentado à atividade

11h Dois projetos que tratam de contribuições previdenciárias e de liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de aposentado que voltar a trabalhar deverão ser examinados pela Comissão de Assuntos Sociais.

CPI do MST Representantes de entidades depõem

14h Os representantes do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural, Ismael Rodrigues de Souza, e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, Milton Fornazieri, serão ouvidos hoje pela Comissão Parlamentar de Inquérito do MST.

CPI das ONGs Comissão elege vice-presidente

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não Governamentais realiza reunião para eleger o vice-presidente e para votar requerimentos.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Efraim Moraes pediu verificação de quórum e impediu que o Plenário votasse ontem MP com reforço aos cofres da Caixa Econômica Federal

Gerardo Magalhães



José Agripino (E) e ACM Jr. ouvem debate entre Romero Jucá (C) e Efraim Moraes (D): promessa de inserção em outra MP da renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos, rejeitada pelo relator

Senado retoma hoje votação da MP da Caixa

A POLÊMICA EM torno da renegociação das dívidas dos agricultores nordestinos bloqueou novamente a pauta do Senado. Um pedido de verificação de quórum feito ontem por Efraim Moraes (DEM-PB) impediu a votação do projeto de lei de conversão (PLV 18/09) que destina R\$ 6 bilhões à Caixa Econômica Federal e R\$ 1 bilhão ao Banco do Nordeste. O presidente José Sarney transferiu o exame da proposta para hoje.

A MP 470/09 foi alterada na Câmara dos Deputados e transformada no PLV 18/09. No Senado, o relator Gim Argello (PTB-DF) aceitou várias emendas, exceto a relativa à dívida dos agricultores, sob o argumento de que a questão precisa de soluções técnicas e de estudos de impacto pela equipe econômica. Mesmo com a promessa do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), de incluir a renegociação das dívidas na MP

472/09, em exame na Câmara, a oposição não retirou o pedido de verificação de quórum.

Críticas

Os senadores ainda aprovaram a admissibilidade da MP 470/09, mas na discussão do mérito as duras críticas ao governo já indicavam pouca disposição para qualquer acordo. O líder do DEM, José Agripino (RN), explicou que os pequenos produtores rurais do Nordeste

devem e não têm como pagar, não porque sejam caloteiros, mas porque a renda de sua atividade foi insuficiente.

A reivindicação dos senadores do Nordeste inclui a suspensão, até 31 de dezembro, das execuções sobre pequenas propriedades dadas em garantia; o perdão das dívidas até R\$ 15 mil; e a negociação do valor excedente pelas condições originais do contrato, com a remissão da mora.

Os parlamentares destacaram o alcance social da medida e o baixo custo estimado do benefício – R\$ 1 bilhão –, mas o líder do governo insistiu na necessidade de avaliar o impacto das medidas.

César Borges (PR-BA) fez um apelo para que o presidente da República comande os entendimentos. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solidarizou-se com os senadores nordestinos e apoiou o adiamento.

J. Freitas



Valter Pereira (E) preside reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que aprovou criação de subcomissão

Incentivo ao manejo sustentado do bambu

Projeto que cria a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A proposta recebeu voto favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), e agora segue para decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa

do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Apesar de ser favorável à proposta, Camata apontou como lacuna o fato de o projeto não definir a origem dos recursos que serão usados na implementação dos incentivos previstos na política. O texto (PLC 326/09) institui incentivos ao cultivo e ao desenvolvimen-

to tecnológico da produção de bambu, apontado como rico em proteína vegetal, fibras, aminoácidos, cálcio, fósforo, vitaminas e capaz de prevenir câncer e doenças cardiovasculares. Serve ainda como matéria-prima para fabricação de papel e remédios. O projeto propõe mecanismos para estimular o comércio interno e externo do bambu.

União deixou de repassar recursos para irrigação

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu ontem criar uma subcomissão que vai avaliar se houve crime de responsabilidade quando o governo federal deixou de cumprir, entre os anos de 2002 e 2006, o dispositivo constitucional que obriga a União a investir 20% dos recursos orçamentários nacionais destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Os senadores basearam-se em aviso do Tribunal de Contas

da União (TCU) que, em relatório detalhado, demonstra que só em 2004 foi cumprido o dispositivo das Disposições Transitórias.

– Pela minha avaliação, o não cumprimento da Constituição configura, sim, crime de responsabilidade – disse o presidente da comissão, senador Valter Pereira (PMDB-MS).

A comissão terá cinco titulares e cinco suplentes, todos senadores de estados da região. Marisa

Serrano (PSDB-MS) e Jayme Campos (DEM-MT) disseram que, muitas vezes, a culpa é também dos governadores de estado, que não lutam pelos seus direitos e nem apresentam bons projetos na área em questão.

O aviso do TCU vem tramitando desde 2006, quando o senador Jonas Pinheiro, já falecido, pediu que fossem enviadas informações ao Congresso Nacional sobre o assunto.

Isenção do IR sobre juros de empréstimo externo ao campo

Agricultores brasileiros que vendem seus produtos no exterior por meio de *tradings* e outros agentes de comercialização poderão se igualar aos que fazem a exportação direta e, assim, ficar livres do Imposto de Renda na fonte sobre juros e comissões dos empréstimos relativos a essas operações. Proposta nesse sentido, de Gilberto Goellner (DEM-MT), foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se não houver recurso para apreciação no Plenário do Senado, o projeto (PLS 276/08) seguirá para exame da Câmara.

Goellner argumenta que os agropecuaristas que se encontram na categoria de expor-



Projeto de Gilberto Goellner foi aprovado ontem pela CAE

tadores têm acesso a crédito externo sem o ônus tributário do IR sobre juros e comissões relativos a essas operações. Mas os que não exportam diretamente ficaram excluídos da isenção.

Paim ressalta importância do trabalho do homem do campo

Ao destacar a importância do homem do campo para a sociedade brasileira, Paulo Paim (PT-RS) mencionou proposta (PLS 246/07) de sua iniciativa, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural. O objetivo é financiar o seguro-desemprego rural e o abono salarial rural.

A proposta, disse Paim, prevê também que parte dos recursos financiem programas de desenvolvimento econômico em áreas rurais com uso intensivo de mão de obra.

– Se aprofundássemos o debate aqui nesta Casa teríamos



Projeto de Paim cria Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural

outro olhar para o homem do campo, no agronegócio, na agricultura, na pecuária – afirmou.

Plenário do Senado aprova requerimento de Alvaro Dias para que Tribunal de Contas da União realize auditorias sobre aplicações na cooperativa feitas por Previ, Funcef e Petros

TCU fará auditorias sobre aplicações na Bancoop

O SENADO DECIDIU ontem, em votação simbólica, pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditorias sobre as aplicações de três fundos de pensão de funcionários de empresas estatais na Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop). A iniciativa foi do senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

As aplicações são da Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), da Funcef (Caixa Econômica Federal) e da Petros (Petrobras). O TCU é órgão auxiliar do Congresso na fiscalização dos atos

do Executivo.

Alvaro Dias argumenta que o Ministério Público de São Paulo encerrou investigação que envolve a Bancoop, na qual foram identificadas “milhares de movimentações financeiras fraudulentas visando ludibriar os cooperados que aplicavam suas economias em empreendimentos imobiliários”.

O senador acrescenta que as operações investigadas pelo Ministério Público “serviriam para mascarar o desvio de dinheiro para o caixa dois de campanhas eleitorais”. De acordo com o

promotor, cerca de R\$ 100 milhões teriam abastecido campanhas do PT desde 2002.

Alvaro Dias afirma no requerimento que em 2004 a Bancoop “já enfrentava um iminente colapso financeiro, quando foi socorrida por uma imprudente aplicação” de R\$ 26 milhões, patrocinada pelos fundos de pensão Previ, Petros e Funcef.

O senador diz que a Bancoop “continua em gravíssimo estado financeiro” e explica que o objetivo da auditoria é “preservar os recursos públicos aplicados pela União nos fundos de pensão”.



Líder do PSDB apontou “trajetória de equívocos da diplomacia brasileira”

PSDB declara ruptura com política externa de Lula

O PSDB está rompido com a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou ontem o líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM), e por isso deixará de apoiar as indicações de embaixadores, se considerar que não atendem aos interesses do país.

– Não acredito em obstrução absoluta, nem queremos parar as atividades diplomáticas brasileiras, mas nos declaramos rompidos com a política externa. Não temos mais nenhum compromisso com essa aprovação simples e rápida de embaixadores – disse.

A decisão foi motivada pelo que o partido considera “tra-

jetória de equívocos da diplomacia nacional”, que estariam “a ridicularizar o país”. Arthur Virgílio citou, entre outros, a desapropriação dos ativos da Petrobras na Bolívia, a “tentativa de empurrar Hugo Chávez goela abaixo como membro do Mercosul”, o asilo concedido ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, a “simpatia absurda declarada à ditadura do Irã”.

– Não aceitamos mais que ela seja feita exclusivamente pelo Executivo. Entendemos que nossa função é ajudar a governar. O Senado quer participar, o PSDB quer participar – declarou.

Plenário aprova indicação de novo embaixador na Grécia

Os senadores aprovaram ontem a indicação do diplomata Oto Agripino Maia para exercer o cargo de embaixador em Atenas, na Grécia. Ele recebeu 47 votos favoráveis à sua indicação e um contrário, com uma abstenção.

Na sabatina realizada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), no dia 11, Oto Agripino Maia informou que pretende aumentar e diversificar as exportações brasileiras para a Grécia, do-

minadas atualmente por produtos básicos como café e óleo de soja. Para isso, ele pretende contar com a ajuda de *trading companies* [empresas especializadas no comércio internacional] gregas, que também podem auxiliar na venda de produtos brasileiros a outros mercados.

Em 2008, as exportações brasileiras para a Grécia somaram US\$ 332 milhões, enquanto as importações se limitaram a US\$ 66,8 milhões.

Suriname e Cabo Verde podem ter suas dívidas renegociadas

O Plenário do Senado deve examinar, em regime de urgência, projetos que autorizam o Brasil a reestruturar dívidas contraídas por Suriname e Cabo Verde, nos valores de US\$ 118 milhões e US\$ 3,8 milhões, respectivamente. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deu ontem parecer favorável às duas propostas, enviadas pelo Executivo.

A operação com Suriname implica um perdão de US\$ 35,7 milhões, enquanto com Cabo Verde o valor é de US\$ 1,1 milhão. Em seu voto favorável ao contrato com Suriname, o relator, senador César Borges (PR-BA), afirma que o acordo

dá prosseguimento à política brasileira de recuperação de créditos.

O senador João Pedro (PT-AM), em voto favorável ao contrato com Cabo Verde, explicou que o débito teve origem em convênio entre aquele país africano e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) em 1983. A dívida encontra-se pendente de pagamento desde 2001.

A autorização para o governo brasileiro doar R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina em apoio à reconstrução de Gaza, que também tramita na CAE, gerou polêmica e teve a votação adiada.



Eduardo Suplicy e Wellington Salgado, durante a discussão do projeto na CRE



Senadores opositores tentam aprovar requerimento sobre o caso Bancoop, mas comissão rejeita inclusão na pauta

Oposição não consegue votar pedido na CMA

A oposição não conseguiu incluir ontem na pauta de votações da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o requerimento do senador Alvaro Dias sobre o caso Bancoop, entidade suspeita de ter desviado recursos de fundos de pensão públicos para o “caixa dois” de campanhas eleitorais.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apontou que o pedido seria uma tentativa da oposição de trazer

para a Casa um assunto alheio a sua alçada.

– Não cabe a essa comissão fiscalizar recursos dos fundos de pensão, já que se tem a Previc [Superintendência Nacional de Previdência Complementar] para acompanhar essas fundações. Daí, vemos a convocação [do promotor José Carlos Blat, à frente das investigações do Ministério Público de São Paulo sobre a cooperativa] como uma ação de cunho político-eleitoral.

Entretanto, Alvaro Dias sustentou que é dever do Senado investigar eventuais desvios na Bancoop, já que as operações sob suspeita envolvem recursos dos fundos de pensão Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), Funcef (Fundação dos Economistas Federais) e Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social).

Para o líder do DEM, José Agripino (RN), as novas investigações podem esclarecer pendências ligadas à CPI dos Correios.

Mário Couto: denunciados do PT não são punidos



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem nunca ter sabido que um filiado do PT denunciado por roubo tenha sido penalizado. Desde o caso Waldomiro Diniz até o recente “escândalo da Bancoop”, nenhum dos acusados foi preso, acrescentou. Ele observou que esse

mesmo tratamento não é dispensado aos outros partidos e citou o caso do governador afastado do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

O senador assinalou que Arruda cometeu um delito e foi punido inclusive pelo seu partido à época, o DEM. Em sua avaliação, o governador “está preso merecidamente”. Por outro lado, lamentou que nada tenha acontecido com petistas denunciados por corrupção. Mário Couto lembrou que nem sequer foi punido o ex-sublefe de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, acusado de concussão, corrupção passiva e gestão fraudulenta e temerária de instituição financeira.

Papaléo rebate críticas do governo a projeto tucano



Papaléo Paes

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) rebateu críticas feitas pelo presidente Lula a projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que, aprovado em comissão do Senado, recompensa os alunos beneficiados pelo Bolsa Família que obtiverem boas notas na escola.

Segundo Papaléo, o governo critica o projeto porque foi apresentado por um senador do PSDB, da oposição.

– É uma vergonha ouvirmos o presidente da República perguntar para o senador Tasso Jereissati de onde vai sair o dinheiro para contemplar os bons alunos. De onde vai sair o dinheiro? A revista *Veja* desta semana denuncia didaticamente todo o processo de corrupção que alimentou o mensalão do PT. E quem é que comandava todo esse processo? O senhor João Vaccari Neto, tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, tesoureiro de Dilma Rousseff, futura candidata a presidente da República – afirmou Papaléo Paes.

Oposição e governo sinalizam com possibilidade de acordo sobre a tramitação da proposta que define o marco regulatório e da que cria estatal



Jereissati (E, com Dornelles e ACM Júnior) propôs suspensão do exame da Petro-Sal, até que Senado vote marco legal; Jucá (foto à dir., com Ideli) pediu prazo de uma semana para que se busque entendimento

Senadores buscam solução para projetos do pré-sal

SENADORES DA OPOSIÇÃO e da base governista sinalizaram ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a possibilidade de um acordo sobre a tramitação dos projetos que estabelecem o marco regulatório do pré-sal e a criação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal). A discussão começou com um requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que paralisa o exame do projeto da Petro-Sal (PLC 309/09) até que o Senado decida sobre o marco regulatório (PL 5.938/09), em tramitação na Câmara dos Deputados. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu uma semana para buscar um acordo sobre

o assunto antes que o requerimento seja votado. Francisco Dornelles (PP-RJ) observou que a Petro-Sal está sendo criada especificamente para administrar o sistema de partilha, que é previsto no projeto sobre o marco regulatório. Portanto, em sua avaliação, seria inadequado decidir a criação de uma empresa que vai administrar algo que, formalmente, ainda não existe. Opinião semelhante foi manifestada por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que sugeriu examinar, primeiro, o marco regulatório para, depois, se decidir sobre a Petro-Sal. Qualquer iniciativa contrária a essa ordem, a seu ver, viola inclusive o Regimento Interno

do Senado. **Conflitos** Tasso Jereissati, autor do requerimento e relator do PLC 309/09 na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), mencionou conflitos de competência entre organismos governamentais nas duas propostas, que precisam ser analisadas com cuidado, e pediu o fim da urgência constitucional para os projetos no Senado. O senador lembrou a polêmica em torno de emenda do deputado gaúcho Ibsen Pinheiro que muda os critérios de distribuição dos royalties do petróleo. Alertou para os riscos de uma análise apressada dos projetos aprofundar o conflito

federativo. – Corremos o risco de estraçalhar a Federação – advertiu. Segundo Jereissati, as mudanças previstas na Emenda Ibsen têm repercussões tão profundas que significam uma reforma tributária paralela – e as alterações na área dos impostos tramitam há anos no Congresso Nacional, sem uma solução. **Agressão** O líder do DEM, José Agripino (RN), afirmou que a urgência para os projetos é uma agressão ao Legislativo. Ele lembrou que as últimas mudanças feitas no modelo de exploração de petróleo, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram discutidas durante um

ano. Romero Jucá afirmou que o pré-sal deve ser usado para unir o país, e não dividi-lo. Ele observou que as regras para distribuição dos royalties colocam diante do Senado um problema federativo, mais do que um embate entre governo e oposição. Vários senadores, entre eles o próprio Tasso Jereissati, se declararam confiantes na disposição demonstrada pelo líder governista para o diálogo. Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) argumentou que o Senado é composto por políticos com larga experiência, que podem dar uma contribuição importante para o aprimoramento das propostas.

Cristovam diz que Brasil tem dívida com o Rio

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou ontem “simpatia e solidariedade” pela revolta do Rio de Janeiro com a possibilidade de perder recursos financeiros com a mudança na legislação que regulamenta a exploração de petróleo, especialmente as reservas da chamada camada pré-sal. Segundo o senador, o Brasil tem uma dívida com o estado pela mudança da capital para Brasília.



Cristovam: dinheiro do pré-sal deve alavancar a educação

Para colaborar com a solução do impasse, Cristovam disse que apresentou dois projetos de lei: o PLS 268/08, em conjunto com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e o PLS 2/10. Segundo Cristovam, essas propostas pretendem fazer com que os recursos obtidos com o petróleo da camada pré-sal sejam gastos em educação para que o ganho seja permanente. – Abrir a torneira e deixar o petróleo ir embora é um crime contra o Brasil. Como cometeram contra a Venezuela no passado, contra os países árabes e como estamos cometendo no Brasil hoje. E, pelo debate que se vê, queremos continuar cometendo esse crime – advertiu. Ele explicou que os rendimentos dos recursos oriundos do petróleo e que constituem o Fundo Social seriam inteiramente destinados à educação. Os rendimentos desse fundo seriam distribuídos proporcionalmente ao número de crianças na escola em cada estado e cada município. Cristovam Buarque afirmou que, dessa maneira, seria possível implantar o horário integral nas escolas e pagar duas ou três vezes o piso salarial nacional aos professores.

Crivella disse que senadores dos três estados querem “debater com calma” o projeto



Bancadas do RJ, SP e ES definem reivindicações

Marcelo Crivella (PRB-RJ) informou que um grupo de sete senadores que representam Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo reuniu-se ontem para debater a distribuição dos royalties do petróleo da camada pré-sal. De acordo com Crivella, os parlamentares apelarão ao governo para que retire a urgência dos projetos do pré-sal, de modo que a questão possa ser discutida “com calma” no Senado. – O Congresso é para isso – observou o parlamentar. Os senadores também defendem a manutenção, sem alterações, dos contratos já licitados e que já fazem parte do orçamento de municípios daquelas três unidades da Federação. Esses recursos, explicou Crivella, fariam falta na educação e na saúde e quebrariam os municípios. Além de Marcelo Crivella, participaram da reunião os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Gerson Camata (PMDB-ES), Renato Casagrande (PSB-ES), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Parlamentares vêm buscando acordo sobre a tramitação do projeto que estabelece o marco regulatório do pré-sal – ainda em apreciação pela Câmara – e a criação da estatal Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S. A. (Petro-Sal), já aprovada pelos deputados.

Riqueza do pré-sal exige pensar o país, diz João Pedro

O debate em torno das mudanças no modelo de exploração de petróleo possibilitou a discussão do papel do Estado brasileiro, na avaliação feita ontem por João Pedro (PT-AM). Para ele, os constituintes de 1988 definiram corretamente a destinação dos recursos do petróleo na Constituição.

– O pré-sal, esta riqueza, é da União. O governador do Rio de Janeiro não pode dizer que o Congresso tratou de forma covarde o seu estado. E é justo que o Rio de Janeiro, os senadores, a sociedade, os artistas e o governador provoquem o debate. Mas não podem tratar uma decisão da Câmara como uma covardia contra o Rio – afirmou. De acordo com João Pedro, a discussão se dá em torno do Brasil e das suas profundas diferenças regionais e sociais, não se tratando do petróleo e do gás do Rio, mas de uma riqueza que está a 7 mil metros de profundidade e a 300 quilômetros da costa. – Nós precisamos tratar esta riqueza pensando no Brasil; não contra o Rio de Janeiro, mas pensando no Brasil, na pobreza do Brasil. Hoje, 82% dos royalties ficam no Rio. Essa regra não pode continuar diante da riqueza que o pré-sal nos proporcionou. Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que “colocar o Rio de Janeiro como prejudicado é uma inverdade que contraria o interesse geral do Brasil”. Eduardo Suplicy (PT-SP) assinou que a Constituição prevê compensação para estados e municípios onde ocorre a exploração de petróleo. E Arthur Virgílio (PSDB-AM), por sua vez, defendeu que “qualquer decisão sobre royalties daqui para frente tem que ressaltar os royalties daqui para trás”.



Senador destaca que Rio de Janeiro recebe 82% dos royalties

Texto em discussão na CCJ traz grandes alterações ao que está em vigor há quase 70 anos e promete ser instrumento renovado contra o crime

Código de Processo Penal pode ser votado hoje

“COM A REFORMA DO Código de Processo Penal (CPP), o Congresso Nacional pode dar à sociedade um novo instrumento de combate à criminalidade.” A afirmação é do senador Renato Casagrande (PSB-ES), relator de proposta de reformulação do CPP, que deverá ser votada hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A matéria traz profundas modificações em vários dispositivos da legislação em vigor (Decreto-Lei 3.689/41), como a introdução do processo penal do tipo acusatório, a garantia de sigilo da investigação e a preservação da intimidade dos envolvidos.

Casagrande apresentou um texto substitutivo que tem 702 artigos, elaborado com poucas

modificações em relação à proposta concluída em dezembro de 2009 pela Comissão Temporária de Estudo da Reforma do CPP, constituída especialmente para a análise do projeto de código.

O grupo tomou como base projeto (PLS 156/09) do senador José Sarney (PMDB-AP) e outras 48 proposições.

O texto de Sarney é fruto de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada em julho de 2008, a partir da aprovação, pelo Plenário do Senado, de requerimento de Casagrande.

O texto a ser votado na Comissão de Constituição e Justiça divide o CPP em seis livros: Da Persecução Penal; Do Processo e dos Procedimentos; Das Me-

das Cautelares; Das Ações de Impugnação; Das Relações Jurisdicionais com Autoridade Estrangeira; e Disposições Finais.

Objetivos

Em entrevista à Agência Senado, Renato Casagrande afirmou que a reforma tem três objetivos principais, sendo o primeiro sintonizar o código (que completa sete décadas de existência em 2011) com a Constituição federal.

Outro objetivo é dotar os diferentes operadores da Justiça de definições claras sobre a tarefa de cada um, buscando agilizar o processo penal.

Também está entre os principais objetivos limitar a possibilidade de apresentação de



Julgamento no Tribunal de Justiça do estado do Maranhão

recursos protelatórios, que levam, segundo o relator, à impunidade.

– Quem tem poder econômico para contratar um bom advogado acaba se beneficiando

com esses inúmeros recursos protelatórios, mas aqueles que não têm dinheiro acabam sendo punidos. Estamos cortando esse excesso de recursos – explicou o senador.

Algumas modificações propostas ao CPP

MODELO ACUSATÓRIO

O projeto define o processo penal de tipo acusatório, onde os papéis dos sujeitos processuais são mais bem definidos, com a proibição de o juiz substituir o Ministério Público na função de acusar e de levantar provas que corroborem os fatos narrados na denúncia, sem prejuízo da realização de diligências para esclarecimento de dúvidas.

INQUÉRITO POLICIAL

Com o objetivo de reforçar a estrutura acusatória do processo penal, o inquérito policial iniciado deverá passar a ser comunicado imediatamente ao Ministério Público.

JUIZ DAS GARANTIAS

O novo Código de Processo Penal introduz a figura do juiz das garantias, responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos fundamentais do acusado.

AÇÃO PENAL

O projeto de código (PLS 156/09) acaba, em primeiro lugar, com a ação penal privativa do ofendido, hoje prevista em vários dispositivos da legislação nos crimes contra a honra, de esbulho possessório de propriedade particular, de dano, fraude à execução, exercício arbitrário das próprias razões, entre outras infrações penais. Nesses casos, o processo passa a ser iniciado por ação pública, condicionada à representação do ofendido, podendo ser extinta com a retratação da vítima, desde que feita até o oferecimento da denúncia.

INTERROGATÓRIO

O interrogatório passa a ser tratado como meio de defesa e não mais de prova, ou seja, é um direito do investigado ou do acusado. A autoridade responsável pelo interrogatório não poderá oferecer nenhuma vantagem ao interrogado em troca de uma confissão, se não tiver amparo legal para fazê-lo. Será constituído de duas partes: a primeira sobre a vida do acusado e a segunda sobre os fatos.

VÍTIMA

O projeto prevê tratamento digno à vítima, que deixa de depender da boa vontade das autoridades para ter direitos como o de ser comunicada da prisão ou soltura do suposto autor do crime; da conclusão do inquérito policial e do oferecimento da denúncia; do arquivamento da investigação; e da condenação ou absolvição do acusado.

ACAREAÇÃO

O projeto acaba com a acareação entre acusados, deixando esse procedimento somente para as pessoas que têm obrigação legal de dizer a verdade: testemunhas e vítimas.

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA

As escutas telefônicas somente serão autorizadas em crimes cuja pena máxima for superior a dois anos, situação que caracteriza as infrações de médio e grave potencial ofensivo, salvo se a conduta delituosa for realizada exclusivamente por meio dessa modalidade de comunicação ou se tratar de crime de formação de quadrilha ou bando.

PENA MAIS RÁPIDA

Com o objetivo de tornar mais rápida e menos onerosa a ação da Justiça, passa a ser permitida, no projeto a ser votado, a aplicação da pena mediante requerimento das partes, para crimes cuja sanção máxima cominada não ultrapasse oito anos.

JÚRI

Outra mudança é a permissão para que os jurados conversem uns com os outros, salvo durante a instrução e os debates. O voto de cada um continua sendo secreto e por meio de cédula, mas deverão se reunir reservadamente em sala especial, por até uma hora, a fim de deliberarem sobre a votação.

RECURSOS DE OFÍCIO

O projeto acaba com os chamados recursos de ofício, quando o juiz remete sua decisão ao tribunal competente para o necessário reexame da matéria, independentemente da manifestação das partes.

FIANÇA

Pelo substitutivo, o valor da fiança será fixado entre um e duzentos salários mínimos nas infrações penais cujo limite máximo da pena privativa de liberdade fixada seja igual ou superior a oito anos e de um a cem salários mínimos nas demais infrações penais.

HABEAS CORPUS

O *habeas corpus* passa a ter restrição no projeto de código, pois somente poderá ser deferido se realmente existir situação concreta de lesão ou ameaça ao direito de locomoção. O objetivo é evitar a concessão desse recurso nos casos em que a prisão ainda não tenha ocorrido.

Deponentes negam acusação de agressão sexual a menor

Funcionário da Companhia Energética do São Francisco (Chesf), Jesualdo Fernandes Costa Filho, 52 anos, negou ontem, em depoimento à CPI da Pedofilia, ser o autor das agressões sexuais que teriam sido sofridas pelo seu filho Bruno, de 4 anos.

Morador de Paulo Afonso (BA), Jesualdo disse ter ficado preso por 30 horas e refutou todas as acusações que constam de relatório assinado por uma psicóloga, que serviu de base ao inquérito no Ministério Público que originou a sua prisão.

– A polícia errou, o Ministério Público errou. A delegada errou em prender um inocente. Eu não fiz nada com meu filho. Se investigaram, investigaram errado, não tem a menor condição – afirmou Jesualdo.

O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), acompanhou o depoimento com os senadores Romeu Tuma (PTB-SP) e José

Nery (PSOL-PA).

O depoente atribuiu as denúncias à mãe da criança e sua ex-esposa, a médica Rosângela. Jesualdo disse que ela é uma mulher “ciumenta, mentirosa e inteligente” que estaria “aterroizando psicologicamente” a cabeça de Bruno. A criança vive com a mãe, e há um ano e oito meses não vê o pai.

Antes de Jesualdo, a CPI ouviu a ex-babá de Bruno, Maria de Fátima Matias Barbosa, que negou todas as acusações. Ela chegou a ser presa em decorrência das denúncias, mas, segundo o pai do menino, é vítima dos ciúmes de Rosângela.

Jesualdo teve sua versão confirmada pelos filhos Anderson, de 25 anos, e Suzelaine, de 28 anos, ambos do primeiro casamento. Eles negaram que tenham sido estuprados pelo pai quando eram crianças, conforme informações encaminhadas à comissão.



Senadores José Nery (E), Magno Malta e Romeu Tuma, com depoentes na CPI

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Serys Silhessarenko • Geovani Borges • João Vicente Claudino • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Ery Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Grupo de trabalho examinará custos dos serviços de telefonia

Os altos custos dos serviços de telefonia fixa e móvel e as dificuldades de acesso aos serviços de banda larga serão analisados por grupo de trabalho integrado por senadores das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização (CMA) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A decisão foi referendada ontem pela CMA, que aprovou requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) propondo o estudo conjunto.

Casagrande afirma na proposta que o Brasil está em posição desfavorável numa lista de 159 países pesquisados pela União Internacional de Telecomunicações, agência das Nações Unidas. O país aparece em 60º lugar no índice de acesso a tecnologias de informação e no 87º posto quanto aos custos.

Mais três requerimentos foram aprovados no dia, um deles prevendo a realização de um ciclo de debates sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Outro prevê audiência pública para debater o PLS 195/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC), que determina aos postos de combustíveis a exposição, em local visível, de informações detalhadas sobre a composição dos preços dos combustíveis. O último define a realização de debate para avaliar os resultados da 15ª Conferência sobre Mudança Climática.

Com relação ao ciclo de debates sobre os 20 anos do Código do Consumidor, a proposta, também de Renato Casagrande, é aproveitar os debates para coletar subsídios para a reforma dessa legislação.

O presidente da CMA é também o autor da proposta de examinar os resultados da 15ª Conferência sobre Mudança Climática, realizada em Copenhague, em novembro. Já a audiência para debater informações detalhadas sobre os preços dos combustíveis foi sugerida pelo relator, Gilberto Goellner (DEM-MT).

Serão convidados representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, entre outros.

Serra do Cachimbo

Projeto (PLS 258/09) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que propõe alterar para parque nacional a categoria de unidade de conservação aplicada à Reserva Biológica da Serra do Cachimbo teve sua votação adiada. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), pediu vistas do parecer. Flexa Ribeiro ponderou, sem êxito, que o objetivo da mudança é somente permitir o turismo na região. Jucá esclareceu que o Instituto Chico Mendes se opõe à alteração, mas se comprometeu a tentar construir uma alternativa.

Principal mudança à proposta prevê que estudantes que já pagam financiamento possam ter juros menores caso governo venha a adotar taxas mais baixas



Em reunião presidida por Fátima Cleide (foto menor), Cristovam (ao lado de Zambiasi, Marisa e Tuma) cita dificuldades de jovens em pagar prestações

Comissão aprova emendas a projeto que altera o Fies

OS JUROS DOS financiamentos oficiais obtidos por estudantes de nível superior poderão ser reduzidos, com efeito retroativo, quando as taxas previstas em seus contratos forem superiores às novas taxas que venham a ser adotadas pelo governo. A medida está em uma das emendas ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 539/09 aprovadas ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). As emendas serão analisadas em Plenário.

Segundo o texto dessa emenda, elaborada pelo relator do projeto, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), os juros adotados em contratos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) serão estipulados pelo Conselho Monetário Nacional, "estendendo-se sua aplicação aos contratos já formalizados, com efeito retroativo, sempre que pactuados com taxa de juros superior à nova taxa".

O relator deu parecer favorável a três emendas de Plenário e apresentou outras cinco ao texto do projeto. Entre as suas emendas, está a que garante a aplicação aos contratos firmados até 31 de março de 2010 das condições de renegociação de contratos já estabelecidas na Lei 10.260/01.

Zambiasi apresentou parecer favorável à emenda de Ple-

nário do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), segundo a qual a Caixa Econômica Federal promoverá uma fase de pré-aprovação de crédito dos estudantes interessados. Acolheu ainda duas emendas do senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Uma delas estabelece a concessão de descontos progressivos no caso de liquidação antecipada de contrato firmado no âmbito do Fies. A outra emenda suspende a incidência de juros sobre a dívida e a exigibilidade do saldo devedor enquanto o estudante financiado estiver usufruindo o seguro-desemprego.

– Esse projeto é fruto de um acordo de todos os membros da comissão – lembrou Zambiasi, ao apresentar seu parecer às emendas.

Durante o debate, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) também ressaltou a "construção coletiva" do projeto. Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o ministro da Educação, Fernando Haddad, pela sua disposição ao diálogo e citou casos de jovens que experimentaram grandes dificuldades para pagar as prestações de seus financiamentos. Por sua vez, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse lamentar que a Caixa Econômica Federal esteja pronta a executar na Justiça 37 mil pessoas em débito com o Fies.



Estímulo a instituições de pesquisa

A Comissão de Educação aprovou projeto do então senador Sibá Machado que estabelece prioridade na aprovação de financiamentos com recursos dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a projetos que preveem a contratação de assistência técnica e pesquisa com universidades ou instituições públicas de pesquisa.

Como ressaltou o relator do projeto, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), a medida estimulará o recurso dos beneficiários dos fundos constitucionais a instituições de pesquisa como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Instituto Nacional do Semiárido (Insa).

A proposta será examinada, em seguida, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. A reunião foi presidida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Perdendo a corrida

Brasil está em posições muito desfavoráveis nos rankings de acesso e custos de tecnologia da informação



Fonte: União Internacional de Telecomunicações

Comissão fará debate público sobre o fim do exame da OAB

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai realizar um debate público sobre o projeto que extingue o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 186/06, do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), proíbe a exigência de exame prévio para o exercício da profissão. A ideia de realizar o debate foi do senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Deverão ser convidados para audiência pública sobre o assunto o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, e o coordenador nacional do exame da Ordem, Walter de Agra Júnior. A data ainda será marcada.

No projeto, o senador licenciado Gilvam Borges argumenta que o exame é injusto, uma vez que uma grande quantidade de



Índice de reprovação no exame da OAB chega a 70%, diz Gilvam Borges

peças fica fora do mercado de trabalho, pois os índices de reprovação chegam a 70% do total de candidatos.

O exame da Ordem foi instituído em 1994. O objetivo é selecionar, pela aferição de conhecimentos jurídicos básicos, os bacharéis aptos ao exercício da advocacia.

CAE aprova política de esterilização de cães e gatos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que cria uma política de controle de natalidade de cães e gatos.

O projeto de lei da Câmara (PLC 4/05), que ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), define como método único a esterilização cirúrgica dos animais.

O projeto do deputado Affon-

so Camargo (PSDB-PR) estabelece que a esterilização será executada com a observância de alguns critérios, com o objetivo de controlar a superpopulação desses animais em algumas localidades de baixa renda e o risco de epidemias.

A proposta prevê também campanhas educativas nos meios de comunicação que proporcionem ao público noções de

ética sobre a posse responsável de animais domésticos.

Em seu relatório favorável à matéria, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) afirma que a maioria dos casos de raiva, toxoplasmose e outras zoonoses ocorrem em zonas de baixa renda, onde as pessoas não têm condições de acesso aos serviços de clínicas veterinárias particulares para seus animais.

Em debate na CMA, especialistas apresentam sugestões para tornar sustentáveis e responsáveis social e ambientalmente as obras necessárias ao evento



Casagrande, entre Newton Figueiredo, Ricardo Rütther, Roberto Zilles e José Tadeu Matheus, preside reunião

Medidas para reduzir impacto da Copa sobre meio ambiente

ESPECIALISTAS convidados apresentaram ontem, em debate na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) sugestões para um projeto de lei que tenha como objetivo tornar sustentáveis e responsáveis social e ambientalmente as obras necessárias à realização da Copa do Mundo no país.

A audiência pública foi a primeira do seminário A Copa do Mundo de 2014: Normatização para Obras Sustentáveis, promovido pela CMA, e que prossegue hoje. Os quatro especialistas defenderam dois projetos de lei em tramitação no Congresso: os PLs 630/03 e 311/09, que estimulam o uso de fontes alternativas de energia, como a solar e a eólica.

O professor da Universidade de São Paulo (USP) Roberto Zil-

les defendeu a expansão do uso da energia solar no Brasil. Ele disse que a produção de painéis solares vem aumentando aceleradamente no país e o setor necessita de regulamentação legal e apoio dos governantes.

Ricardo Rütther, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, ressaltou o conceito de "estádios solares" e "aeroportos solares" para o Brasil, ou seja, os estádios de futebol e aeroportos que serão reformados ou construídos para a Copa do Mundo receberiam grandes painéis solares, o que geraria energia suficiente para seu funcionamento.

O engenheiro José Tadeu Matheus, representante da Associação Brasileira das Empresas de Energias Renováveis (Abeer), disse que o potencial eólico brasileiro é de mais de

143 gigawatts, "o equivalente a dez Itaipus".

O presidente do Grupo Sustentax, Newton Figueiredo, disse que as obras para a Copa de 2014 devem ter como características a racionalização do consumo de água e de energia, a redução de impactos ambientais, respeito às necessidades de mobilidade das pessoas com deficiência e dos idosos, implantação de áreas verdes, coleta seletiva de lixo, entre outras.

A reunião foi conduzida pelo presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), e contou com a participação de representantes de Tribunais de Contas dos estados que sediarão partidas da Copa do Mundo de 2014, dos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB) e de outros convidados.

CMA vai discutir o controle e uso das águas subterrâneas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove, na próxima terça-feira, às 9h30, audiência pública sobre a titularidade e a responsabilidade administrativa de gerenciamento das águas superficiais ou subterrâneas do território brasileiro.

O pedido para realização do debate foi feito pelo presidente da CMA, Renato Casagrande (PSB-ES), e pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR). Serão convidados o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Lopes Varella Neto; o presidente da

Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Everton Luiz Costa Souza; e o diretor-geral do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), Julio Cesar de Sá da Rocha.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) enfatizou a importância do debate não só para o Brasil, mas para os demais países integrantes do Mercosul.

Também ontem, a CMA adiou, a pedido do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a votação de projeto (PLS 196/07) do senador Jayme Campos (DEM-MT) que torna obrigatória a veiculação de mensagem nos rótulos e na



Pedido para debate foi de Flávio Arns (foto) e Renato Casagrande

propaganda de refrigerantes, refrescos e sucos adoçados sobre o teor calórico dos produtos e os riscos à saúde por seu consumo abusivo. Mesmo reconhecendo a importância do projeto, Flexa Ribeiro alegou que o texto precisa de alguns ajustes.



Objetivo da audiência pública é instruir projeto de Gerson Camata

Brasileira de Bancos (Febraban), Fabio Colletti Barbosa; o presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), Marcelo Fidêncio Giufrida; entre outros convidados.

Audiência sobre venda de veículo de passeio a diesel

A comercialização de veículos de passeio movidos a diesel deverá ser discutida em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Requerimento nesse sentido, com o objetivo de instruir projeto (PLS 656/07) de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), foi aprovado ontem pelo colegiado. A data ainda será marcada.

Por solicitação de Eduardo Suplicy (PT-SP), devem ser convidados os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e da Saúde, José Gomes Temporão; e o presidente da Associação Nacio-

nal dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jackson Schneider; entre outros.

A CAE deverá também realizar audiência, em data a ser definida, sobre o Projeto Ômega, cujo objetivo é transformar o país em um centro internacional do mercado de moedas, desregular o mercado cambial e tornar o real uma moeda com conversibilidade internacional.

A pedido de Renato Casagrande (PSB-ES), devem participar do debate o presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto; o presidente da Federação

Valter Pereira defende prevenção de catástrofes

Valter Pereira (PMDB-MS) alertou ontem para a necessidade de o Brasil aprender a gerir riscos, em vez de atuar a posteriori, diante de catástrofes naturais como inundações, vendavais e escorregamentos, que acarretam a perda de muitas vidas humanas e prejuízos materiais de grandes proporções.

O senador ressaltou dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que apontam 150 desastres no Brasil entre 1900 e 2006, sendo que 84% foram registrados a partir da década



Valter Pereira: OMS aponta no país 150 desastres entre 1900 e 2006

de 1970, com 8.183 vítimas fatais e um prejuízo estimado em US\$ 10 bilhões. Valter Pereira destacou que mais de 80% dos casos devem-se a instabilidades atmosféricas severas, principalmente inundações, vendavais e deslizamentos.

Marco Maciel elogia atuação da Chesf no Nordeste

A atuação da Companhia Energética do São Francisco (Chesf) foi elogiada ontem pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), segundo o qual a empresa é fundamental para o desenvolvimento da região Nordeste.

Maciel assinalou ainda que a Chesf, com sede em Recife, conta hoje com mais de cinco mil funcionários e contribui para a geração da energia consumida no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e em menor escala no Sul e no Sudeste.

O senador César Borges (PR-



Empresa conta hoje com mais de cinco mil funcionários, diz Maciel

BA) assinalou também que o sistema da Chesf encontra-se atualmente interligado ao restante do país, mas lembrou que a companhia, embora atue em diversas regiões, deve priorizar a geração de energia para as empresas nordestinas.

Serys vê vantagens em ferrovia no Centro-Oeste

A senadora Serys Shtessarenko (PT-MT) relatou ontem sua participação, em Lucas do Rio Verde (MT), em debate sobre o projeto da Ferrovia da Integração Centro-Oeste, com 1.602 quilômetros de extensão. Numa primeira etapa, a ferrovia integrará Mato Grosso a Goiás, Tocantins e Rondônia. De acordo com Serys, os produtores rurais mato-grossenses ficaram esperançosos com a perspectiva de resolver os graves problemas de logística do estado. O projeto prevê a construção de terminais



Senadora diz que ferrovia resolverá problemas de logística de seu estado

de carga em quatro municípios do Mato Grosso. Jayme Campos (DEM-MT) registrou seu apoio à ferrovia e solicitou a Serys que interceda junto ao governo pelo término da Ferronorte, parada há mais de dez anos.

Senadores pedem voto de pesar

O fotógrafo piauiense Antônio Barbosa de Miranda, o Totó Barbosa, e o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas, Eurípedes Lins, morreram, na última segunda-feira, respectivamente de falência múltipla dos órgãos e devido a complicações de uma cirurgia car-

díaca. Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PMDB-PI) e João Vicente Claudino (PTB-PI) apresentaram voto de pesar pela morte de Barbosa. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), João Pedro (PT-AM) e Jefferson Praia (PDT-AM) fizeram o mesmo em homenagem a Eurípedes.